

A INCLUSÃO SOCIAL DO ENSINO-APRENDIZADO PELAS TECNOLOGIAS DIGITAIS DA EDUCAÇÃO E AS MODALIDADES DE ENSINO EM TEMPOS DA COVID 19.

José Gil Vicente

Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Pierre André de Souza

Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

RESUMO

Em tempos de inconstância no panorama político, econômico, social e educacional, agravada pela pandemia da Covid-19 lutar por direitos a educação e saúde para todas e todos constitui de forma abnegada uma forma de resistência. Nesse sentido, este trabalho analisa, de forma reflexiva, a inclusão social do Ensino-aprendizado pelas Tecnologias Digitais da Educação e as Modalidades de Ensino em tempos da covid-19. Tem como objetivo realizar algumas reflexões sobre as contribuições de alguns estudiosos na área da educação e saúde. A abordagem é qualitativa. Em termos metodológicos o estudo adotou o método empírico descritivo combinado com o método compreensivo. Acredita-se que esse ensaio possa colaborar para uma análise e discussão séria relativa à elaboração de programas e novas estratégias para o entendimento das Políticas da educação e saúde no contexto das doenças terrivelmente endêmicas.

Palavras chaves: Educação inclusiva. Ensino-aprendizado. Tecnologias digitais.

THE SOCIAL INCLUSION OF TEACHING-LEARNING BY DIGITAL EDUCATION TECHNOLOGIES AND TEACHING MODALITIES IN TIMES OF COVID-19.

ABSTRACT

In times of instability in the political, economic, social and educational outlook, aggravated by the Covid-19 pandemic, fighting for the right to education and health for all constitutes a selfless form of resistance. In this sense, this work reflects, in a reflexive way, the social inclusion of Teaching-Learning by Digital Technologies of Education and the Teaching Modalities in the days of covid-19. It aims to carry out some reflections on the contributions of some scholars in the field of education and health. The approach is qualitative. In methodological terms, the study adopted the descriptive empirical method combined with the comprehensive method. It is believed that this essay can contribute to an analysis and serious discussion regarding the development of programs and new strategies for understanding education and health policies in the context of terribly endemic diseases.

Keywords: Inclusive education. Teaching-learning. Digital technologies.

Recebido em: 23/03/2022

Aceito em: 31/03/2022

INTRODUÇÃO

Brasil é um vasto país sul-americano, que se estende desde a bacia amazônica, região nortenha, até os vinhedos e as extraordinárias Cataratas do Iguaçu, no sul. O país ultrapassou a marca de 213 milhões de habitantes em 2021, segundo a estimativa populacional divulgada pelo IBGE. O resultado não incorpora ainda o impacto nefasto da atual pandemia do Coronavírus (covid-19)¹, que estrangulou os docentes, discentes e profissionais de saúde de todas as categorias. Trouxe ainda o excesso de mortes, ruptura no sistema de educação, saúde e queda na natalidade. Vivemos no mundo complexo e interdependente marcado por inúmeras incertezas e lutas constantes contra ameaças existenciais sobre o homem e a planeta.

O estudo foi pensado a partir de aulas de modalidade remotas, híbridas e a elaboração de Resoluções, Atas, *Referendum* no contexto do combate a pandemia nas instituições de ensino superior. O conhecimento da educação em saúde brasileira, provê da experiência que ganhou um enfoque de destaque com a implantação do Sistema Único de Saúde e das Estratégias de Informação e Comunicação em Saúde da Família, conhecimentos cujas vertentes se amparam no aprendizado popular como um de seus principais alicerces. Nesta conjuntura social, as atuações que envolvem as práxis transformadoras da educação em saúde não são estudadas exclusivamente por uma categoria profissional. Porém, por uma associação entre diversas categorias, de forma interdisciplinar.

Entendemos que a relevância do estudo parte da pertinência que as questões da educação inclusiva e da saúde mental estejam no topo da agenda mundial com vista a mantermos a resiliência e adaptação na ordem cotidiana.

Apesar do avanço da vacinação dos docentes e discentes nas instituições de ensinos, entre jovens e adolescentes e dos indicadores de biossegurança indicarem favoráveis, mostrando risco baixo para flexibilização das atividades presenciais, nas distintas cidades e interior do Brasil, todo o cuidado é pouco. Os professores e os alunos de distintas instituições de Ensino apresentam argumentos pelos quais não concordam com o retorno presencial das atividades práticas nas escolas, antes de vacinar a segunda dose ou o reforço. Ao mesmo tempo, Professores, alunos, pais e

¹ COVID-19 é uma doença provocada pelo novo coronavírus, causada pelo agente etiológico nomeado SARS-CoV-2, a qual surgiu, inicialmente, na China, em novembro de 2019 e se espalhou pelo país e pelo mundo” (Castaman; Rodrigues, 2020, p. 03).

encarregados de educação de alunos e organizações da sociedade civil questionam sobre a responsabilidade das instituições nas eventuais contaminações e sobre a inexistência de uma discussão ampla das Instituições de ensino no reforço das colaborações entre as instituições por parte dos Ministérios de Educação e da saúde. O aporte teórico-epistemológico elencado nesse estudo visa promover a reflexão sobre a formação de discentes e principalmente os discentes, sendo que os docentes estão na linha da frente na luta e prevenção das doenças endêmicas e na promoção da Educação e saúde em tempos da covid-19.

Como afirma Pimenta:

a formação docente é importante e constitui uma estratégia para preparar os professores a fim de que possam dar sequência às aulas mesmo que remotas, pois entende-se que “os profissionais da educação, em contato com os saberes sobre a educação e sobre a pedagogia, podem encontrar instrumentos para se interrogarem e alimentarem suas práticas, confrontando-os” (PIMENTA, 1999, p. 26).

Diante deste cenário, o estudo tem por escopo contribuir cientificamente na área da Educação inclusiva, no que reporta à formação e comunicação docente em contexto da modalidade de Ensino Remoto Emergencial (ERE)², que tem se atualizado freneticamente com base no uso de Tecnologias Digitais Interativas³ – TDIs (GARCIA et al., 2011), e gerando distintos caminhos e desafios no Ensino Remoto Emergencial - ERE (WILLIAMSON; EYNON; POTTER, 2020). Todavia, há necessidade imperiosa de educação, formação continuada para oferta de espaços digitais para a interação entre docentes e um repositório digital para o compartilhamento de conteúdo de aulas entre docentes e discentes.

1. EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Educação Inclusiva tem por imperativo nacional a educação para todos. Isto é, uma educação de excelência de todos os alunos e alunas juntos, deixando-os aptos para o convívio em coletividade a partir da escola, conforme afiança Mantoan (2003, p. 33), “incluir é não deixar ninguém de fora da escola comum, ou seja, ensinar a todas as crianças indistintamente”.

² Modalidade de ensino remoto que aplica aulas síncronas e assíncronas com uso de tecnologias digitais interativas via Internet. A educação e instrução é complementada com materiais impressos disponibilizados com uma metodologia análoga à da modalidade de ensino presencial, compreendendo horários estabilizados de aulas por períodos e com salas virtuais o mesmo número de discentes do modelo presencial.

³ Tecnologia Digital Interativa é uma produção criada pelo homem que pressupõe a comunicação interativa, ou seja, capaz de intervenção pelos sujeitos no conteúdo ou programa com o qual interage e que tem, na ferramenta tecnológica, a mediadora desse processo, que é dialógico, levando em consideração os feedbacks ao usuário.” (GARCIA et al. 2011, p. 82).

Esse estudo teve como fonte de observação empírica focalizada no período escolar pandêmico de 2021, com destaque às seguintes referências: Constituição do Brasil de 1988, Nota técnica nº 001.2021/2021/COVID19/UFAM, e a Decisão Ad Referendum - GR nº 03, de 26/03/2021, que DECIDE, ad referendum, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE.

Alguns autores reconhecidos na área da educação inclusiva, justiça social saúde e outras áreas afins auxiliaram o percurso bibliográfico desta pesquisa. Dentre eles, os mais destacados para a consecução dos objetivos desta nossa pesquisa são: Antônio Schuartz (2020); Hélder Boska de Moraes Sarmiento (2020); Marcos de Noronha (2021); Pedro Demo (2006); Paulo Freire (1969; 1996; 2011); utilizamos também diversas fontes tais como discursos, comunicações, relatórios oficiais além de consultas de leis, estratégias e várias políticas.

Serviu-nos sobretudo à análise *in loco*, nas aulas práticas da disciplina de Estágios Supervisionado II nas três Escolas, nomeadamente: Escola Estadual Deputado João Valério de Oliveira, Escola Estadual Deputado Vidal de Mendonça e Centro Educacional de Tempo Integral (CETI), todas localizadas no Município de Itacoatiara, interior do Estado do Amazonas, para compreendermos as políticas de educação em tempos da pandemia provocada pelo coronavírus.

As novas tendências das mudanças culturais, abriram as portas da percepção para a crítica comportamental, trazendo alento científicas da educação no combate ao coronavírus da covid-19. Na prática as escolas funcionaram no final de período na modalidade presencial, algumas sem mínimas condições de biossegurança que corresponda a inclusão:

A inclusão implica reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade: Currículo apropriado; Arranjos organizacionais; Estratégias de ensino e uso de recursos e parcerias com a comunidade. Declaração de Salamanca (2001).

Assim, o mundo vai girando e, nestas viradas, a educação inclusiva vai mudando, e nestas mudanças, ora drásticas ora nem tanto, vamos também nos envolvendo e convivendo com o novo normal da pandemia.

No aspecto em questão, o aluno e aluna precisa assumir um papel ativo, proativo e protagonista em relação às aulas, haja vista que, assim, esse (a) poderá realizá-las de modo mais autônomo (a), quanto ao seu processo de aprendizagem (FREIRE, 1969). Para tanto, há nessas reviravoltas de viroses e variantes (*ômicron*) que darmos os gritos de alarme na linha da frente do ensino, pesquisa e extensão para salvarmos vidas deste mundo de alguns negacionistas que não sabem amar.

2. ATENDIMENTO DE FORMA INCLUSIVA EM TEMPO DE PANDEMIA

A formação de profissionais de saúde e educação para atendimento de forma inclusiva exige profissionais competentes, críticos e capazes de responder às necessidades educativas especiais de saúde dos alunos e alunas e os preceitos éticos e legais da competência profissional exige preparação cuidadosa, permeada de comprometimento e responsabilidade social. Nesse diapasão, estamos perante a um alicerce de saberes locais, teóricos e práticos, de distintas ordens e natureza. Diante do exposto, “é necessário e fundamental o desencadeamento de processos educativos destinados a melhorar e a desenvolver a qualidade profissional dos professores que, claramente, neste momento, foram apanhados de surpresa.” (MOREIRA; SCHLEMMER, 2020, p. 28).

Vivemos momentos tumultuosos e singular no campo da Educação e saúde, que requer um olhar reflexivo diante da adoção de estratégias e metodologias operativas de enfrentamento, não apenas ao vírus, mas, especialmente, ao distanciamento social. Essa situação continua gerando grandes mudanças na sociedade incluindo reabertura e fechamento das instituições de ensino. Neste contexto, é ativado e múltiplos atores, recursos, dispositivos e cenários são coordenados para promover uma educação inclusiva e de equidade.

A Constituição de 1988 afirma que “a educação é direito de todos e dever do estado e da família”, devendo ser “promovida e incentivada com a colaboração da sociedade” (art. 205). Para a efetivação de uma educação e inclusão efetiva é necessário parcerias entre famílias, escolas e instituições especializadas. Para o efeito é fundamental o apoio das instâncias públicas e privadas.

A Constituição Federal de 1988, nos inspira as palavras e ações aqui proferidas, representam um modelo de pensamento transgressor a toda e qualquer forma de negacionismo a existência da pandemia da covid 19. Pior ainda perante alguns governantes para que os doentes consumissem medicamentos não comprovados cientificamente. Induzindo as pessoas a quem é de direito a pautar pelo poder que divide e não agrega valores.

No contexto educacional recorreremos à educação e reflexões de Freire e Demo porque nos inspiram ainda por ser um modelo dissidente e ao mesmo tempo conciliador por possuir a convergência entre as ideias, postura da dialogia, pensamentos, natureza e das múltiplas culturas.

Pautamo-nos na conduta de autores acima referenciados porque potencializam nossa compreensão da realidade, do mundo e da fragilidade da vida, e que, nos encaminham para um viver mais solidário, ético, humanamente sustentável e emancipatório no exercício à cidadania que deve

ser, constantemente, exercitado. E a universidade é, a priori, o grande laboratório que nos estimula a moldar, enquanto livres pensadores no papel de docentes e discentes, o pensamento e as ações em prol de um bem maior e comum: o respeito a vida humana.

3. REDES DE COLABORAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES EM TEMPOS DA COVID-19

Em tempos sombrios ao qual vivenciamos no país, que a pandemia da covid -19, deflagrou ainda mais o regresso cognitivo de muitos em suas “bolhas ideológicas”, estimulando grandes tensões sociais e de conflitos de narrativas, dentro e fora da academia, somos estimulados, enquanto docentes e discentes, a uma retomada aos princípios fundamentais da democracia, da liberdade, respeito e de fraternidade. E, que são constantemente ameaçadas por forças conservadoras sustentadas por interesses próprios e mesquinhos, tornando urgente a tomada de posição aos valores mais nobres da cidadania em sua reafirmação aos princípios básicos dos direitos humanos.

Diante do exposto, solicitamos o reforço de cuidados e continuação de cumprimentos dos protocolos da Organização Mundial de saúde porque a luz de nossa compreensão, as Atas, Decretos, Resoluções e Referendum, não estão acima da constituição da República Federativa do Brasil. O agravamento das atitudes de negacionismo e pandemia soma-se a inúmeras outras que englobam desde a interpretação equivocada dos planos de ensino das diversas disciplinas. Com o agravante dos alunos terem matriculados para o ensino remoto por conta da pandemia e as Resoluções e decretos no meio de tudo, onde alunos e professores são surpreendidos com decisões de aulas como método de ensino a presencialidade imputada aos alunos não imunizados às escolas expondo-os aos perigos que a Covid-19 e suas variantes possam aferir a eles e, possivelmente, a seus familiares; ao não esclarecimento de outros questionamentos enviados pelos pais e encarregados de educação sobre os regimentos orientados pelos Ministérios de Saúde, Educação e até pelas Reitorias quanto às aulas e aos estágios presenciais dos discentes.

A ciência nos recomenda que devemos procurar o entendimento e harmonização através do diálogo no ensino, pesquisa e extensão. Toda essa celeuma de negacionismo gerou até o momento perdas de vidas e danos a todos os envolvidos que vão desde a propagação de um ambiente escolástico pautado na desconfiança e no medo, atraso nas atividades estudantis conforme plano de ensino e, ao comprometimento da saúde emocional e psíquica do aluno e servidor público que acarreta o baixo desempenho de suas funções acadêmicas.

4. TECNOLOGIAS DIGITAIS DA EDUCAÇÃO E AS MODALIDADES DE ENSINO EM TEMPOS DE COVID -19

A forma atípica do ensino-aprendizagem nos dois anos de pandemia da covid-19 passou por um processo de resignificação no ensino formal que para muitos professores resistentes às novas tendências, da educação híbrida e suas modalidades de ensino, por exemplo, custou-lhes sorver as possibilidades de tais benesses.

O imaginário distorcido do papel de simples atores de conteúdo televisivo, interpôs o pré-conceito à essa modalidade de ensino à formação continuada de muitos docentes. Alegam que tal modalidade de educação “é o preâmbulo para tornar o ensino presencial em EaD” e que “lutarão com todas as forças contra esse tipo de ensino” decretando o “caça às bruxas” em nome de seus apegos rígidos e inquestionáveis. Creem que o pós-pandemia virá como um alento à normalidade do conformismo metodológico e secular de ensino no modelo de “educação bancária” em sala de aula, como expressou Freire (2011), ao qual foram adestrados e arraigados em suas práticas pouco envolventes e sem a motivação emocional necessária para um aprendizado com prazer.

As Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) e suas diferentes modalidades de aprendizagem possibilitam ao estudante a liberdade de sua formação em diferentes tempo e espaço, desde que conectados a uma internet de qualidade, o que pode vir a ser o “tendão de Aquiles” às TDICs, bem como, repensar estratégias de ensino planejadas assegurando inovação pedagógica. (SCHUARTZ; SARMENTO, 2020).

Muitos docentes, resistentes à educação que a linguagem híbrida pode proporcionar, esquecem, entretanto, que o ensino formal a que tanto se apegam possui calcado na legislação brasileira o conceito do Ensino a Distância (EaD) a ser aplicada como um recurso estratégico nas metodologias pertinentes à essa modalidade e, como possível mudança na estrutura curricular dos cursos de graduação:

No Brasil, o decreto nº 9.057/2017 no artigo 1 caracteriza a educação a distância, como: modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos (BRASIL, 2017).

É imprescindível que os profissionais da educação reflitam sobre a temática EaD como uma modalidade de ensino com finalidades, objetivos e características específicas tal qual as categorias de ensino-aprendizagem como a Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Especial, Educação no

Campo, Movimentos Sociais como os do sem-terra, Educação Escolar Indígena, Quilombola e dos Caboclos Ribeirinhos. “[...] o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros” (FREIRE, 1996, p. 59).

Relegar, portanto, em segundo plano as tecnologias e suas linguagens amplificadas pelas mídias digitais que tanto aprimoram e formam expertises com novas capacitações no ensino-aprendizagem, parece-nos um sentenciamento à mediocridade e a negligência de um público diversificado. Esta barreira atitudinal que reserva o sujeito docente a uma zona de conforto relega o direito a oportunidade da educação inclusiva àqueles portadores de deficiência, por exemplo, como já mencionado.

As ferramentas tecnológicas e digitais permitem ainda o apoio nos momentos de estudo ao acessar em um click uma biblioteca digital inteira, um estímulo ao autodidatismo e a autodisciplina. O papel do professor nesse momento é imprescindível diante das TDICs enquanto agente que ensina a interpretar a informação na construção de um conhecimento pautado na seriedade e que possa desmistificar as criminosas “fake News” circulantes.

No entanto, muito além de um clichê de semântica diacrônica, entre modalidade de ensino e metodologia de ensino, e que possa gerar um discurso raso e mesmo confuso, o ensino híbrido que seja possível e mesmo viável em sua execução, sua amplitude e eficiência nos processos de ensino, comunicação, didática, infraestrutura e organização com professores mais qualificados, precisa da atuação visceral das políticas públicas e a participação da sociedade para que seja desenvolvida com eficiência. Sem embargo, tais possibilidades metodológicas possuem nas instituições particulares de ensino sua maior representatividade, privilegiam um público seletivo com maiores recursos financeiros e possibilidades de maior interatividade digital, enquanto no ensino público a educação ainda é baseada em cultura analógica, expressando as desigualdades sociais no sistema educacional brasileiro.

Seria, portanto, produtivo que as universidades públicas, pós pandemia, tendo como representantes seus Colegiados e Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) de curso e a Pró-reitoria de Ensino e Extensão levassem à baila importantes discussões no âmbito acadêmico quanto aos novos modelos de ensino a disposição adaptando-os em seus Planos Políticos Pedagógicos (PPP), como o híbrido, por exemplo.

A nova geração de estudante, a do nativo digital, coexiste em um ambiente universitário tradicionalista e obsoleto em sua forma arcaica de lecionar e avaliar o conteúdo ensinado ou,

simplesmente, replicado. Esse tradicionalismo estético do modo operante de ensino não é, necessariamente, sinônimo de qualidade e de boa aprendizagem. A formação de nossos alunos e futuros professores no ensino de ciências é repleta de falhas e limitações em seu letramento científico. Fato. O culto exacerbado ao conteudismo de sala de aula tendo o professor como artífice de todo o pronunciando da informação é ainda um vício acadêmico a ser sanado. As ferramentas digitais tornam-se um atrativo essencial enquanto apoio metodológico no ensino híbrido ao colocar o aluno no centro do processo de ensino e artífice direto da construção do seu conhecimento.

Em sua obra “Pesquisa: princípio científico e educativo” o professor Pedro Demo, expressa de forma contundente a necessidade de um novo paradigma a ser aplicado na educação escolar e, mesmo universitária, ao pronunciar que:

[...] Pesquisa pode significar condição de consciência crítica e cabe com o componente necessário de toda proposta emancipatória. Para não ser mero objeto de pressões alheias, é mister encarar a realidade com espírito crítico, tornando-a palco de possível construção social alternativa. Aí, já não se trata de copiar a realidade, mas de reconstruí-la conforme nossos interesses e esperanças. É preciso construir a necessidade de construir caminhos, não receitas que tendem a destruir o desafio de construção. [...] Predomina entre nós a atitude do imitador, que copia, reproduz e faz prova. Deveria impor-se a atitude de aprender pela elaboração própria, substituindo a curiosidade de escutar pela de produzir (DEMO, 2006).

A universidade do século XXI se não for nutrida na valorização da expressão de identidade única ao qual a geração dos nativos digitais representa condenar-se-á ao relegar as ferramentas digitais, importante complemento metodológico no letramento científico e formação dos futuros professores de licenciatura em ciências, tomado aqui apenas como um exemplo. Outro fator que destacamos ainda é a relação ensino-aprendizagem com o fator motivacional. A plasticidade neural estimulada por recursos tanto afetivos quanto emocional para aperfeiçoar o aprendizado pode ser adquirida por meio de metodologias didático-pedagógicas que fale a mesma linguagem da geração digital na sala de aula, por exemplo, destacando aqui as TDICs, muito além da imobilidade do estar sentado de forma passiva no desconforto do espaço limitante das cadeiras no ambiente escolar (DE NORONHA, 2021); (SCHUARTZ; SARMENTO, 2020).

Ao se criar um ambiente lúdico e democrático no ensino-aprendizagem, em consonância com as diretrizes dos assuntos do plano de ensino, os alunos terão a oportunidade de expressarem suas ideias e sentimentos pessoais sobre temas variados amplificando interesses e motivações. Como bem frisou De Noronha (2021):

[...] O conhecimento do professor, ao ser compartilhado dentro de um contexto sociocultural, naquele espaço e tempo, pode ressignificar as experiências particulares de cada aluno, ou do grupo em questão, em relação a um determinado tema (DE NORONHA, 2021).

O método de ensino, conforme sua qualidade, é imprescindível, um facilitador da aprendizagem quanto a associação de sentido tal qual compreende a didática no estudo de seus métodos de passagem de conhecimento de forma geral ou mesmo específica. Em outras palavras, a metodologia utilizada e os recursos afetivos tornam-se quando associados o timão condutor da jornada do aprendizado e não, propriamente o conteúdo ensinado, a forma de ensinar dita as regras do ouvir, fazer e aprender.

Nesta seção apresentamos algumas percepções sobre o uso das TDICs no ensino. São inúmeros os questionamentos que emergem diante do que aqui procuramos expor e que, merece espaço para a discussão à essa necessidade de um novo paradigma educacional desmascarada pela pandemia da Covid-19 em que muitos docentes nutrem um total descaso com a tecnologia.

Dentre eles: como estourar a bolha ideológica incrustada no imaginário delirante de grupos contrários à discussão de mudanças na educação, nutridos por uma política interna feudal no meio acadêmico? Como estimular a proatividade de nossos alunos proporcionando-lhes autonomia e cidadania, em um ambiente de ensino destituído de maiores mudanças efetivas na área de ensino? Perderemos a oportunidade que a pandemia nos proporcionou a duras penas ao adequarmos os currículos de graduação às múltiplas possibilidades que as modalidades de ensino na educação híbrida podem oferecer?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dessas situações anômalas esperamos que os docentes, discentes, acadêmicos e as instituições de ensino se comprometam com os desafios de aceitar incertezas e acolher as transformações visto que a pandemia da covid-19 não irá desaparecer tão já. Todavia, um educador, transformador, emancipador e libertador, que almeja a mudança de comportamento da clientela, a fim de que esta atinja a qualidade de vida, provocando a transformação e a recriação da realidade instituída.

A universidade, como um cenário dispositivo essencial para a formação de profissionais de educação e saúde que respondam às necessidades de educação inclusiva no contexto de saúde pública da população escolar, necessita incorporar a perspectiva crítica. Isso dá a entender em agregar subsídios cotidianos que coberta a aproximação com a realidade, a qual deve inspirar a (re)construção e (re) invenção dos saberes e práticas, visando contribuir para a transformação das instituições de ensino, pesquisa e extensão.

Os resultados desta análise permitem-nos chegar à seguinte conclusão: as políticas públicas de educação inclusiva tiveram um avanço extraordinário nos primeiros momentos, década 90, depois foram perdendo o seu alento ao longo dos anos. Hoje, apresentam-se alguns projetos políticos pedagógicos e de educação inclusiva falidos, sobretudo no setor da educação, da saúde, e a nível das comunidades rurais.

Destas deduções permite-nos afirmar que o optimismo exagerado das instituições de ensino em relação às tecnologias, dificulta uma ação holística das reais políticas de educação inclusiva do Ensino-aprendizado pelas Tecnologias Digitais da Educação em tempos de covid-19, que vejam não só o lado urbano de inclusão, mas as regiões do interior (rurais) que constituem o grosso número dos discentes com dificuldades de acesso a redes / Internet, pois é no interior que se deve começar a arquitetar a cidadania ativa e participativa na sociedade, episódio que requer a ciência das reais necessidades deste segmento populacional. Pois, entendemos a Educação inclusiva, uma Educação para todos e todas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição: República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 9.057**, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 2017. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm. Acesso em 03/01/2022.

DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. 12. Ed. São Paulo: Cortez, 2006, 128p.

DE NORONHA, Marcos. **O cérebro e as emoções**. 1.Ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. Papel da Educação na Humanização. **Revista Paz e Terra**, São Paulo, n. 9, p. 123-132, out. 1969.

GARCIA, M. F. *et al.* Novas competências docentes frente às tecnologias digitais interativas. **Rev. Teoria e Prática da Educação**, v. 14, n. 1, p. 79-87, jan./abr. 2011.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MOREIRA, J. A.; SCHLEMMER, E. Por um novo conceito e paradigma de educação digital onlife. **Revista UFG**, v. 20, 2020.

SCHUARTZ, Antônio Sandro; SARMENTO, Hélder Boska de Moraes. Tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) e processo de ensino **R. Katál.**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 429-438, 2020.

WILLIAMSON, B.; EYNON, R.; POTTER, J. Pandemic politics, pedagogies and practices: digital technologies and distance education during the coronavirus emergency. **Learning, Media and Technology**. Vol. 45, n. 2, p. 107–114, 2020.

AUTORES:

JOSÉ GIL VICENTE

Professor Adjunto do ICET/ UFAM -Universidade Federal do Amazonas, Brasil. Doutor em Ciências da Educação pela Università di Roma Tor Vergata, Itália e Universidad de Granada, Espanha (2014). Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense, RJ - Brasil (2021). Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais (2012). Mestre em Antropologia, Criminologia Aplicada e Análise Forense (2013) pela PUC - Università Catolica di Roma-Itália, respectivamente. Linha de pesquisa: Políticas Públicas, Diversidade Cultural e Inclusão Social. Especialista em Organização e Gestão de Serviços Sócio Sanitários em Contextos Diferenciados pela Università di Bologna, Itália(2009). Com estágios efetuados na Sede da União Europeia, Bruxelas -Bélgica; Sede do Instituto Europeu de Administração Pública (IEAP), Maastricht, Holanda; Justiça Europeia (EUROJUST); Polícia Europeia (EUROPOL) em Den Haag e CORTE PENAL INTERNACIONAL (CPI), em Haia - Holanda. É licenciado em Pedagogia e Psicologia pela Universidade Pedagógica - UP, Moçambique.

E-mail: jgilvicente@ufam.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3074-7028>

PIERRE ANDRÉ DE SOUZA

Professor efetivo da Universidade Federal do Amazonas. Graduado em Licenciatura e Bacharelado em Química pela Universidade Federal de Santa Catarina UFSC (2001/2002); Mestre em Química Orgânica Produtos Naturais pela Universidade UFRuralRJ (2004) e Doutor em Ciências Química pela Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ (2010); Pós-doutorado (Fotoquímica e Fotofísica de Fármacos) pela Universidade Politécnica de Valência, Espanha, UPV (2011-2012).

E-mail: profpierreandre@ufam.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0606-3681>